

# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

Barueri, 10 de março de 2022.

### PARECER JURÍDICO

021/2022



De: Procuradoria Geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, e Comissão de Fiscalização das Entidades do Terceiro Setor, Subvencionadas pelo Município, Cultura e Esportes.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 016/2022.

Autoria: THIAGO RODRIGUES ALVES.

Dispõe sobre:

**"INSTITUI O CONCURSO CULTURAL DE FOTOGRAFIA".**

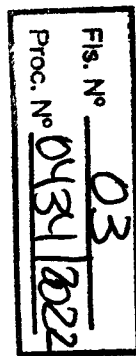
#### Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de lei do Nobre Vereador Thiago Rodrigues Alves que pretende instituir o Concurso Cultural de Fotografia.

A Administração Pública Municipal deve adotar medidas direcionadas à arte e a cultura, tendo em vista constituir interesse local o desenvolvimento cultural e artístico no município.

Neste diapasão, a lei orgânica estabelece que "*O Município promoverá o desenvolvimento cultural da comunidade local, nos termos da Constituição Federal*", conforme artigo 148.

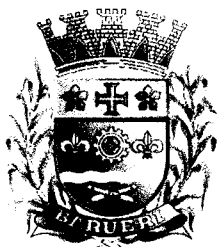
Por seu turno, a Constituição preceitua que "*O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura*"



CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

16-MAR-2022 15:42 00005510 1/2





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais", art. 215.

Assim, consoante preceito Constitucional, é do Estado, como gênero, do qual o Município é espécie, o dever de garantir, com os instrumentos que lhe são inerentes, o pleno exercício dos direitos culturais.



Ademais, "Os Direitos Culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988 devido à sua relevância como fator de singularização da pessoa humana. Como afirma Bernardo Novais da Mata Machado, "os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, cuja história remonta à Revolução Francesa e à sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que sustentou serem os indivíduos portadores de direitos inerentes à pessoa humana, tais como direito à vida e à liberdade." (MACHADO, 2007). <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/o-direito-de-acesso-a-cultura-e-a-constituicao-federal/>

Registra-se, aliás, que a cultura reflete o modo peculiar de vida de uma sociedade, além de refletir em seu modo de pensar e agir, sendo fator de fortalecimento da identidade das pessoas e de desenvolvimento humano.

Ademais, ao incluir o evento no calendário oficial do município, enfatiza-se a importância atribuída pelo município à cultura local, bem como a história, a formação e características do município.

### Da competência legislativa concorrente

Imperioso registrar que o projeto não versa acerca daquelas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito (artigo 60, da LOMB e 136 do RI), porquanto não se trata de qualquer incursão na gestão ordinária administrativa





# Câmara Municipal de Barueri

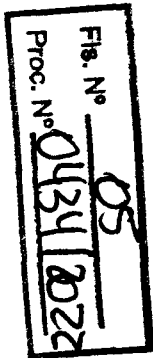
Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

Portanto, o nobre vereador, autor desta propositura, atua dentro de sua esfera legislativa, tendo em vista que maneja projeto contendo matéria de iniciativa geral, comum a todos os titulares da competência legislativa municipal, não havendo usurpação da competência legislativa do executivo.

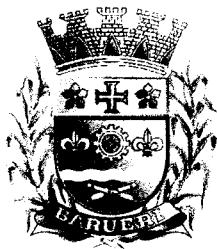


### Disposições finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea 'd' artigo 15, inciso II, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de Fiscalização das Entidades do Terceiro Setor, Subvencionadas pelo Município, Cultura e Esportes** (artigo 50, § 8º, do RI);
- c) **Discussão Única** (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- d) **Quórum: maioria simples** dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).
- e) **Votação simbólica** (artigo 189, inciso I, do RI);





# Câmara Municipal de Barueri

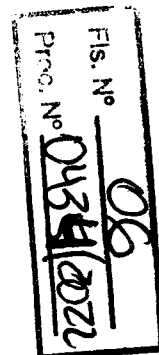
Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

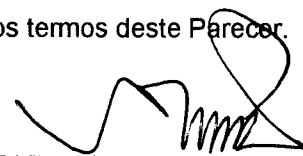
Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta procuradoria Geral.



  
**LUCAS RAFAEL NASCIMENTO**  
Procurador-geral da Câmara  
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.

  
**MARCOS PEREIRA DA SILVA**  
Assessor da Secretaria-geral

